RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

Hugo Motta defende permanência do centrão na Esplanada como pilar essencial para governabilidade de Lula

Presidente da Câmara avalia que partidos de centro devem manter ministérios no próximo mandato presidencial

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), manifestou apoio à continuidade de ministérios ocupados por legendas do centrão durante o quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que terá início em janeiro de 2025, argumentando que esses partidos representam elementos cruciais para fortalecer a governabilidade do país no Congresso Nacional.

Após a aprovação do projeto de ajuste fiscal pela Câmara, finalizada na madrugada de terça-feira (24), Motta salientou que os partidos de centro foram determinantes para garantir a viabilidade política de Lula e destacou a importância ainda maior que terão na legislatura subsequente, a partir de fevereiro de 2027.

"É relevante ressaltar que os partidos de centro mostraram-se, mais uma vez nesta votação, como os principais alicerces para a governabilidade. No próximo Congresso, que se iniciará em fevereiro do próximo ano, considero que essas agremiações de centro são imprescindíveis para que o presidente disponha de uma base leal e robusta, capaz de aprovar as medidas necessárias e proporcionando as condições adequadas para o exercício da administração", afirmou Motta.



Saiba quais deputados do PL votaram com o governo Lula no ajuste fiscal



Dirigente do Bradesco assume MBC e avalia contas públicas sob Lula



Ajuste fiscal: Veja ponto a ponto do texto-base aprovado pela Câmara

O chefe da Casa avaliou que Lula deve dar início, desde agora, às articulações referentes à estruturação do novo governo junto a essas organizações políticas, incluindo questões sobre a ocupação de pastas ministeriais. Na ótica dele, diferentemente do que sucedeu no mandato atual, existe predisposição dos partidos de centro para participar da administração no primeiro instante da próxima gestão.

"Portanto, considero totalmente natural que o governo comece essas negociações de formação do executivo com os partidos de centro, contemplando inclusive as questões de ministérios, e isso representa um aspecto positivo, visto que não experimentamos isso no governo que está iniciando. Grande parte desses partidos ingressou na administração após considerável período de espera. Presentemente, as agremiações demonstram disposição em participar desde o princípio, colaborando imediatamente na governabilidade."

"Esse é um ponto favorável que o presidente Lula, dotado de prudência e competência para dialogar com cada legenda, pode perfeitamente acomodar na Esplanada esses partidos de modo que, dessa forma, possamos iniciar o próximo ano e a próxima legislatura com um contexto de base mais fortalecido para aprovar tudo aquilo que é essencial para que o governo consiga executar suas iniciativas públicas."

Ao longo do processo eleitoral, a maioria das agremiações de centro optou por sustentar a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro (PL), que enfrentou derrota nas eleições.

Todavia, com a vitória de Lula consolidada, esses partidos manifestam disposição em preservar sua participação na Esplanada, como ocorre com PP e União Brasil. Outras organizações de centro que não externalizaram apoio oficial a Flávio, contudo cujos integrantes apoiaram o senador da legenda, e que possuem ministérios no governo Lula, igualmente pretendem conservar suas atribuições ministeriais na administração petista. Neste grupo encontram-se MDB, PSD e Republicanos.

O presidente Lula ainda não revelou a nova conformação da Esplanada e dedicava atenção à quantidade de votos que o centrão disponibilizaria para a aprovação do ajuste fiscal – a maioria das legendas do grupo permaneceu alinhada ao governo nessa matéria.

Motta também explicitou sua intenção de empenhar-se, na condição de presidente da Câmara, para solidificar essa base de sustentação na Casa Legislativa. Segundo sua percepção, tal aproximação tem potencial para gerar um ambiente mais propício à aprovação de iniciativas e à concretização das propostas governamentais.